

Continuando a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e beneficiando os grandes interesses económicos, o Governo PS ataca uma das grandes conquistas de Abril – a Segurança Social pública, universal e solidária



O GOVERNO QUER AUMENTAR A IDADE DA REFORMA E REDUZIR O VALOR DAS PENSÕES

A pretexto do aumento da esperança média de vida, o Governo PS quer aumentar a idade da reforma. A redução do valor das reformas e pensões também está em causa. Agora o Governo pretende que os trabalhadores que se reformem a partir de 2007 tenham uma redução contínua do valor da sua reforma. Actualmente 85 em cada 100 reformados recebem uma pensão inferior ao Salário Mínimo Nacional.

MAS HÁ MAIS!

O GOVERNO AVANÇA COM UM «PACOTE DE MEDIDAS», QUE CONDUZ À REDUÇÃO DE IMPORTANTES DIREITOS

- Aumento dos descontos a cargo dos trabalhadores, a pretexto de que os futuros reformados porque vivem mais tempo estariam também mais tempo a receber reformas;
- Alteração do critério de actualização anual das pensões e reformas, desligando-o da relação ao Salário Mínimo Nacional e fazendo-o depender do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- Antecipação da aplicação da nova fórmula de cálculo das pensões em função de toda a carreira contributiva, que só deveria entrar em vigor em 2017 por compromissos assumidos, em 2002, pelo Governo PS;
- Criação de um sistema complementar público de contas individuais, ou seja, de fundos de pensões privados, em que o trabalhador sabe quanto desconta mas não sabe o valor da reforma que eventualmente irá receber;
- Limitação no acesso a prestações sociais: abono de família, pensão de sobrevivência, entre outras.



DIREITO À REFORMA

AS PENSÕES NÃO PODEM BAIXAR!



Os direitos defendem-se agora!

O GOVERNO AMEAÇA A SEGURANÇA SOCIAL

A Segurança Social não está falida nem vai falir. Em 2005 o saldo positivo da Segurança Social foi de 186 milhões de euros. Mas poderia ter sido de 1.914 milhões de euros se as receitas de contribuições e quotizações tivessem crescido percentualmente no período de 2001/2006 o mesmo que cresceram entre 1996/2000, e se o nível de desemprego não tivesse aumentado.

As receitas da Segurança Social poderiam ainda ser aumentadas se fossem cobrados os 3.400 milhões de euros de dívidas das entidades patronais.

A subdeclaração de salários representou, em 2005, uma perda para a Segurança Social de 2 mil milhões de euros.

A dívida do Estado ao regime de Segurança Social, pela utilização indevida de verbas deste sistema para financiar outros fins, atingiu, em 1996, cerca de 7.300 milhões de euros.

O aumento da esperança de vida e as despesas com reformas não são a causa da degradação da sua situação financeira, a prazo, da Segurança Social.

A estagnação económica, o desemprego, a precariedade laboral e os baixos salários é que são responsáveis pela perda de vultuosas receitas do Sistema Público de Segurança Social.

Segurança Social Governo PS reduz direitos

Em 2005 o Governo:

- Impôs o aumento da idade de reforma dos 60 para os 65 anos para os trabalhadores da Administração Pública.
- Criou o complemento solidário para idosos, cujo grau de exigência na comprovação dos seus rendimentos e dos filhos, acaba por se tornar num subsídio meramente residual, apesar de mais de 1.200.000 reformados receberem pensões abaixo do limiar da pobreza.

Em 2006 o Governo:

- Prepara-se para alterar a lei do subsídio de desemprego reduzindo o período em que o desempregado tem direito a recebê-lo e obrigando-o a aceitar um novo emprego em condições salariais mais desvantajosas.

É só fazer as contas!

O governo quer baixar o valor das reformas!

A aplicação do efeito conjugado do «factor de sustentabilidade» e da nova fórmula de cálculo do valor da pensão terá as seguintes consequências:

Anos	Redução da Pensão (Pensão média em 2005: 437€)	
	Em euros	Em percentagem
2008	- 8 €	- 2%
2010	- 15 €	- 3%
2014	- 34 €	- 5%
2018	- 107 €	- 12%
2020	- 133 €	- 13%
2025	- 205 €	- 15%
2030	- 386 €	- 21%
2040	- 923 €	- 28%

SEGURANÇA SOCIAL

PORTUGAL PRECISA

 **PCP propõe**

O PCP tem vindo a apresentar propostas que visam uma maior eficácia na cobrança das dívidas e no alargamento das fontes de receitas, que sempre mereceram a rejeição, quer da maioria PSD/CDS-PP, quer da actual maioria PS. Para o PCP as medidas de sustentabilidade financeira que interessam aos trabalhadores e aos reformados são as que garantem a defesa e aprofundamento dos seus direitos e não, sob falsos argumentos, a sua eliminação. O futuro da Segurança Social e a defesa dos direitos estão nas propostas do PCP. Junte-se a nós!

O PCP propõe:

- Garantir, defender e valorizar o direito à reforma e a pensões dignas.
- Garantir melhores prestações sociais.
- Medidas sérias e eficazes quanto à sustentabilidade financeira da Segurança Social na base de uma maior eficácia nas despesas e na diversificação das fontes de financiamento, tendo como prioridade uma mais justa repartição da riqueza, quer a que foi criada pelos actuais reformados e idosos, quer a que está a ser criada pelos actuais trabalhadores.
- Diversificação das fontes de financiamento através de uma nova forma de contribuição das empresas para a Segurança Social com base no Valor Acrescentado Bruto – VAB.
- Recuperação da dívida do patronato à Segurança Social.
- Pagamento da dívida do Estado à Segurança Social.
- Combate ao trabalho ilegal ou não declarado, pelo reforço da fiscalização e inspecção.
- O reforço dos meios afectos ao combate à evasão e fraude no pagamento das contribuições à Segurança Social e revisão do regime de contra-ordenações da Segurança Social.
- Desenvolvimento do nosso aparelho produtivo, combate ao desemprego, à precaridade e melhores salários.



Aos trabalhadores,
aos reformados
e às jovens gerações:

O caminho é de luta!

Os direitos defendem-se agora!



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt
e-mail: pcp@pcp.pt